

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS*
Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas

Embora a retomada da atividade industrial venha apresentando alguma reação, em São Paulo, nos últimos meses - o que, de certo modo, é indicador de uma reação positiva para o restante do País – os índices de desemprego continuam alarmantes. O que confirma a opinião de alguns estudiosos, de que com as modernas tecnologias postas em prática, aumento da produção nem sempre se reflete numa ampliação do mercado de trabalho.

O que era feito, no passado, exigindo o concurso de numerosos trabalhadores, pode ser realizado, atualmente, com o emprego de máquinas modernas.

Aqui em nosso próprio Estado é possível perceber essa mudança. O transporte do açúcar em graneleiros dispensa ou reduz drasticamente a participação de trabalhadores. A utilização de um avião para lançamento de herbicidas em lavouras, concretiza, em poucos dias, o que demandava meses para uma numerosa equipe de pessoas.

O acentuamento do descompasso entre o crescimento econômico e a geração de empregos, ressalta a importância de aperfeiçoar os instrumentos de previdência e as denominadas políticas compensatórias, inclusive o auxílio-desemprego, porque o tecido social brasileiro já está demasiadamente enfraquecido, não suportando, sem grandes riscos, maiores sacrifícios.

E não se trata apenas dos vastos contingentes que estão desempregados ou sub empregados, porque a renda média do trabalhador brasileiro, nos últimos anos, só tem feito cair.

No que diz respeito à situação de algumas faixas da população, o quadro é desolador.

Dos cerca de 60 milhões de crianças brasileiras, segundo a Unicef, seis milhões, ou seja, 10%, vivem em pobreza absoluta. Os que são vitimados pela pobreza são 25,3%, ou 15 milhões.

Comparando com os números de outras regiões, igualmente pobres, pode-se ter uma idéia da gravidade da questão, que vem sendo escamoteada através de anos a fio, por sucessivos governos. Na América Latina e no Caribe são 17% as crianças pobres. Na África subsaariana, 65% das crianças vivem em pobreza absoluta. No sul da Ásia são 59%.

Agravando a situação das crianças brasileiras, as condições sanitárias precárias são o principal problema. O que ocorre entre nós é muito pior do que na Colômbia e na República Dominicana, para se ter uma idéia da gravidade com que se apresenta. Colômbia e República Dominicana são países com economias incomparavelmente mais fracas do que o Brasil.

Outro problema de enorme gravidade é o da moradia. Aproximadamente uma em cada nove crianças brasileiras não mora em local adequado, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância, Unicef.

Em compensação, o País tem feito alguns progressos significativos no que se refere à alimentação e à educação, embora cerca de 2,7% das crianças sofram com desnutrição grave e 2,4% jamais tenham frequentado uma sala de aula.

Esses são os números de uma realidade adversa, que oprime o Brasil por décadas. Quadro que precisa ser revertido com a retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento, buscando, assim,

minimizar a faixa de exclusão social. A nossa realidade, ainda, hoje, é perversa.